

Discurso SEDMA | Audição OE2024 | 02.11.2024

Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados,

É com o mesmo sentido de missão de sempre que me apresento, pela **terceira vez, perante esta Assembleia para prestar contas do Orçamento do Estado atribuído à área governativa que tutelo.**

Não posso fazê-lo sem antes referir que estamos conscientes dos desafios que o atual contexto nos impõe no desempenho da nossa missão. O **ano de 2024** chegará trazendo várias preocupações para as sociedades portuguesa e mundial: os conflitos geopolíticos, as transições climática e energética, a habitação, o custo de vida. **Por outras palavras, preocupações sobre o futuro que nos aguarda.**

Em simultâneo, outros desafios vão-se perfilando, de forma mais discreta, no horizonte cada vez mais presente do nosso quotidiano, **suscitando várias preocupações no universo das novas oportunidades, como é exemplo o impacto das tecnologias disruptivas na nossa vida, designadamente a Inteligência Artificial.**

Senhoras e Senhores Deputados,

As dificuldades com que nos defrontamos não são um obstáculo no nosso caminho, mas um estímulo para caminhar de forma mais decidida, preparando-nos melhor. E o digital, mais que um desafio incontornável, tem de ser uma oportunidade infalível - um aliado no desenvolvimento sustentável, no crescimento económico e na melhoria da vida das pessoas. Este é o foco do Governo nesta matéria.

Com efeito, concretizando as prioridades de trabalho desta área governativa, queremos contribuir para fazer de 2024, e do futuro que a partir de então se desvenda, **um tempo de maior prosperidade para Portugal, para a Europa e para o mundo.**

A missão desta área governativa começa e acaba nas pessoas e nas empresas, e desenha-se a partir da forma como o Estado se relaciona com as pessoas e com a economia.

O Estado tem de ser **um facilitador, assegurando que pessoas e empresas** não necessitam de duplicar ou triplicar o número de interações com os serviços públicos para que estas **possam fazer o que sabem e o que ambicionam fazer.**

Senhoras e Senhores Deputados,

Em **2023 deixou de ser necessário comparecer num serviço de atendimento presencial para ativar a chave móvel digital** – aquele que é o instrumento seguro e cómodo para sermos cidadãos e cidadãos mais digitais. **Basta usar a biometria da aplicação autenticação.gov no nosso telemóvel.** Como resultado, ao longo deste ano, as adesões à chave móvel digital **umentaram mais de vinte por cento em cada mês.**

Em **2023, com o contributo do Programa Simplex,** as pessoas passaram a ser avisadas por SMS de que podem renovar a carta de condução. **Mais:** desde outubro a carta de condução passou a poder ser renovada também **no nosso telemóvel, através da aplicação id.gov, onde também poderá ser recebida a nova carta, pronta a apresentar às autoridades e com o mesmo valor do respetivo documento físico.** Também outros documentos que usamos no dia-a-dia, como o cartão de cidadão ou o documento único automóvel, já estão disponíveis nesta ferramenta digital.

Ainda em **2023** passou a ser possível obter o desconto associado ao complemento solidário para pessoas idosas, imediatamente, no ato da compra dos medicamentos – através de um mecanismo de troca de informação entre os serviços da Administração Pública e as farmácias, que dispensa a pessoa beneficiária de uma nova deslocação ao centro de saúde para ser reembolsada. **Em poucos meses, já são mais de 85 mil pessoas que usufruíram desta medida de simplificação.**

Mais e melhores serviços públicos digitais, uma maior capacidade e agilidade dos serviços e uma maior capilaridade da rede de atendimento: esta é a visão que vamos continuar a implementar na Administração Pública em 2024.

E vamos fazê-lo, também, através de **dois importantes instrumentos legislativos:** uma nova lei da modernização administrativa e uma lei do atendimento público. Com uma abordagem centrada nas pessoas, digitalmente inclusiva, maximizando o potencial das novas tecnologias e a sua utilização ética, e promovendo a soberania digital.

Esta é uma estratégia para fortalecer a Administração Pública e prepará-la para responder aos desafios do futuro. Uma Administração Pública cada vez mais flexível, mais dinâmica, adaptável às exigências das diferentes circunstâncias, capaz de mobilizar recursos para picos de solicitação, com a criação, por exemplo, de balcões dedicados aos serviços mais procurados num dado momento.

A Administração Pública estará assim mais presente junto das pessoas, com **8 novas lojas de cidadão e 65 espaços cidadão em 2024**, potenciando serviços digitais integrados, simples e acessíveis. É a expansão de um modelo de atendimento que chega a todo o território nacional e oferece mais respostas. **Hoje**

contamos com uma rede de 948 lojas e espaços cidadão. Em 2024 serão 1020 e em 2026 serão 1327.

Sintetizando, uma **resposta de serviço público mais eficaz e que chega a mais pessoas, aproveitando os recursos de forma eficiente.**

Senhoras e Senhores Deputados,

A nossa missão é, sem qualquer dúvida, simplificar. E simplificar, não apenas a relação individual de cada pessoa com os serviços públicos, como também os procedimentos administrativos que envolvem as empresas. **Simplificar é uma via para criar um melhor ambiente de negócios para as nossas empresas, reduzindo a burocracia e os custos de contexto.** É garantir, portanto, **condições para uma economia vibrante, ativa e produtora de riqueza.**

Faremos isso dando continuidade à **reforma dos licenciamentos** iniciada com a **área do ambiente**, que já nos permitiu apurar uma poupança de mais de quinhentos e cinquenta mil euros anuais para as empresas, e que este ano incidiu nas áreas do **urbanismo, habitação, indústria e ordenamento do território, prosseguindo em 2024 para a agricultura**, um importante setor da nossa economia.

Mas é importante ir mais longe.

Uma economia ágil e competitiva não pode deixar de contar com o **apoio ao empreendedorismo e à inovação.** Por isso, também aqui, como em outras áreas da nossa ação, o PRR é uma **alavanca para o desenvolvimento das nossas empresas.**

Por este motivo, continuaremos a promover os investimentos na economia inovadora.

Está em curso a atribuição de **20 milhões de euros a incubadoras e aceleradoras de empresas**, em apoios para que estas possam desempenhar a sua missão na **capacitação dos recursos humanos, na transformação digital e no desenvolvimento de modelos de negócio sustentáveis**. E também as *Start-ups* continuarão a ser diretamente estimuladas com um total de **90 milhões de euros**, apoio este que está já a chegar a mais de **700 candidaturas aprovadas**.

Senhoras e Senhores Deputados,

Importa igualmente criar condições para que as **empresas tenham acesso às mais recentes inovações tecnológicas** – para que **possam experimentar novas ideias, novos conceitos e novos produtos**.

Por isso, foram criados **17 Polos de Inovação Digital em todo o território nacional** e com uma vasta **abrangência tecnológica**, que visam desenvolver investigação colaborativa e promover a transformação digital das pequenas e médias empresas. E nesta senda, foi ainda criada a **rede nacional de *Test Beds***, que configura **um investimento de 150 milhões de euros para 33 consórcios** que servem para as **empresas testarem 2711 produtos e serviços** – destes, aliás, já foi concluída a testagem de **cinco dezenas de produtos, estando em desenvolvimento mais de uma centena até ao início de 2024**.

Senhoras e senhores deputados,

Como é evidente, um melhor ambiente de negócios e uma **sociedade digital baseada na inovação é um desafio intimamente**

ligado à existência de mão de obra qualificada com as competências necessárias.

Numa era onde a inovação ocupa um lugar tão importante na vida das organizações e das empresas, não há só pessoas à procura de trabalhos – **há também vários trabalhos à procura das pessoas certas.** Se não promovermos o “encontro” entre pessoas e trabalho, limitamos a nossa capacidade de crescer e de sermos competitivos.

Assim, é fundamental assegurarmos que ninguém fique de fora do mercado de trabalho e que o desenvolvimento tecnológico decorra a um ritmo que as pessoas possam acompanhar.

Continuaremos o investimento em programas, com destaque para o **Emprego+Digital 2025, que vai formar mais de 200 mil pessoas já empregadas,** e no âmbito do qual apresentámos, em setembro, o **cheque-formação + Digital, uma medida que atribui 750 euros por ano a cada pessoa para capacitação.**

Através desta iniciativa, e de muitas outras dirigidas a vários **públicos** – jovens, idosos, mulheres, desempregados, especialistas – e **propósitos** – competências básicas ou avançadas –, temos vindo a aumentar **a oferta ao dispor da população portuguesa.**

Por isso, na segunda edição do Mês das Competências Digitais – sob o tema tratar o digital por tu, que decorreu neste mês de outubro, apresentámos o **Mapa Nacional de Iniciativas de Capacitação Digital, que reúne mais de 1200 iniciativas em todo o país.**

Senhoras e senhores deputados,

Como já tive oportunidade de referir, num momento particularmente sensível para o mundo, em que assistimos ao

exacerbar de vários conflitos, **é natural que a segurança seja uma preocupação cada vez mais presente.**

À medida que o **nosso quotidiano se torna mais digital, não é apenas o nosso trabalho, a atividade económica ou as relações pessoais, que se instalam no ciberespaço.** É também todo um contexto social e geopolítico delicado que encontra no **mundo digital um novo palco de atuação,** com ameaças cada vez mais diversificadas.

E é para ir ao encontro destas preocupações que o **Orçamento do Estado para 2024 reforça os meios à disposição do Centro Nacional de Cibersegurança** – para robustecer a capacidade e o bom desempenho nacional de prevenção e combate aos ciberataques, e aos incidentes de cibersegurança.

Teremos, por isso, um **organismo mais preparado para levar a cibersegurança a toda a sociedade portuguesa.** Para promover a informação da população, atuar na área da **regulação e da fiscalização do regime jurídico da segurança do ciberespaço,** mas também estar mais presente em todo o território nacional, junto das empresas e das entidades públicas, através dos **7 centros da C-Network, que começam a ser instalados já no primeiro trimestre de 2024.**

E como pudemos constatar no recente **Exercício Nacional de Cibersegurança,** que este ano cerca juntou **1000 pessoas de mais de 270 municípios em todas as comunidades intermunicipais,** as autarquias estão já fortemente mobilizadas para a **importância e exigências da cibersegurança,** e existem já municípios com um elevado grau de maturidade, que se afirmam como referência para os seus congéneres.

Queremos que **Portugal se afirme como nação verdadeiramente digital, e que o seja de forma sustentada e equilibrada em todo o país.**

Também a **digitalização deverá ser um indutor de coesão social e territorial**, no qual a **tecnologia possa contribuir eficazmente para a mitigação das assimetrias regionais**.

Garantir **territórios inteligentes e conectados, com serviços interoperáveis, centrados nas pessoas e nas empresas**, é o desígnio da nova **Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes**, a ser apresentada brevemente, depois de um exaustivo trabalho de diagnóstico e desenho que envolveu centenas de municípios e outros agentes especializados.

Este é um **plano nacional que vai alocar mais de 60 milhões de euros de fundos europeus** à implementação de soluções tecnológicas para **melhorar a gestão e a monitorização dos territórios aos níveis local, regional e nacional, em domínios como o consumo de energia, o tratamento de resíduos, o abastecimento de água, ou a mobilidade urbana**.

Uma estratégia que contribui para **criar políticas públicas eficientes, de precisão e com base em evidências para garantir melhor qualidade de vida às pessoas**.

Senhoras e senhores deputados,

No futuro desafiante que nos aguarda, sabemos que o lugar de Portugal é do lado da justiça, dos direitos humanos e da democracia. Do lado de uma sociedade inclusiva e tolerante, honrando os valores que fazem da Europa o espaço de liberdade, diversidade e respeito mútuo que tanto estimamos.

Valores que continuaremos a preservar e a promover pelo contributo ativo que damos em temas como os serviços digitais, a inteligência artificial, a identificação eletrónica ou a cibersegurança. E não só na Europa, mas também no espaço

lusófono, onde estamos a promover a adoção de uma carta de direitos e princípios digitais comum a todos os países da CPLP.

Olhar para o futuro com confiança – enquanto pessoas, enquanto profissionais, mas também enquanto sociedade – é encará-lo também pela perspetiva do digital. **Com a cautela da razão, mas também com o otimismo da vontade. Com a certeza de que o digital oferece um mundo de oportunidades para um mundo de incertezas.**

Certos de termos percorrido um caminho **sólido e seguro na transição digital e na simplificação e modernização dos serviços da Administração Pública, desenvolvendo soluções inovadoras e criando oportunidades para todas e todos, sem deixar ninguém para trás.**

Um caminho que é aberto por nós, e onde o passo mais importante é sempre aquele que nos estamos a preparar para dar a seguir.

Muito obrigado.